

## A VIOLÊNCIA URBANA E A EXCLUSÃO DOS JOVENS

Sílvia Leser de Mello

*Porque a verdade é um valor em sentido estrito enquanto serve à proteção e à melhoria da vida humana, como guia na luta do homem contra a natureza e contra si mesmo, contra a sua própria debilidade e destrutividade.*

Herbert Marcuse

Este trabalho tem o objetivo de trazer brevemente à consideração, no que tange às camadas subalternas, alguns elementos a mais para o estudo da gênese da representação das identidades dos sujeitos na cena urbana.

As perguntas que norteiam estas notas são: como conciliar a democracia com todas as violências e violações de direitos mais elementares que parecem constituir o cotidiano de alguns segmentos da população? Como construir e manter representações positivas de si mesmo, quando elas são sistematicamente depreciadas pela sociedade como um todo?

Vou precisar estas questões partindo de três aspectos que não são valorizados em estudos sobre representações da violência:

1. a vida urbana, sobretudo na metrópole, como um dos elementos criadores de exclusão e de indiferença pelos atos violentos;
2. a violência cometida contra jovens e adolescentes em São Paulo e a impunidade que acoberta esses crimes;
3. a mídia, envolvida na geração e manutenção de estereótipos e preconceitos que estigmatizam as populações mais pobres.

Crianças e jovens, no Brasil, são objeto de exploração desde os tempos coloniais. Se durante a escravidão era legal o uso da criança para todo tipo de trabalho, o trabalho semi-escravo de crianças, embora ilegal, ainda é prática comum no país. Segundo dados do IBGE de 1991, 7.500.000 crianças e jovens trabalhavam no Brasil. Nas regiões de plantio de cana-de-açúcar, como Ribeirão Preto, em São Paulo, uma das mais ricas regiões do Brasil, estimava-se que dos 40 a 50

mil trabalhadores que o cultivo movimentava, 10% eram jovens com menos de 18 anos (IBGE, 1991). Só o desrespeito a direitos trabalhistas e a submissão a trabalho escravo afeta, no Brasil, 65.000 jovens.

Estas cifras são impressionantes para o final de um século que reconheceu e fez valer alguns direitos básicos dos cidadãos. E elas suscitam questões que, se de certo modo, põem em relevo o aparecimento mais organizado de grupos defensores de direitos humanos, não deixam de salientar, por isso mesmo, a ausência dos grandes problemas da igualdade e da justiça no debate sobre políticas públicas, mostrando que ainda vivemos um regime em que há predomínio das discussões em torno da demanda por punições mais drásticas do que especificamente sobre a exigência de aplicação das leis. A seriedade deste problema se evidencia quando aproximamos aqueles números da legislação, pois o Brasil possui legislação avançada na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes, o Eca.<sup>1</sup>

Na metrópole, os níveis de exploração das crianças não são muito diferentes, mesmo porque a maior parte da população do país vive em zonas urbanas.<sup>2</sup> Se no campo pobreza e trabalho infantil andam de mãos dadas, na cidade essa relação é ainda mais evidente.<sup>3</sup> Um grande número de famílias sobrevive, em parte, graças ao trabalho de crianças e adolescentes. Normalmente esse trabalho é desenvolvido no mercado informal e as crianças, nem na cidade nem no campo, aparecem como trabalhadores registrados e com direitos trabalhistas assegurados. Na verdade, o envolvimento de crianças e jovens no

trabalho é uma ilegalidade que as autoridades e a justiça preferem ignorar.<sup>4</sup>

Entre o trabalho e as escolas, que acabam por expulsá-las, após anos de repetidos fracassos, as crianças não contam com muitas alternativas para ter acesso aos rudimentos da educação formal e menos ainda a expressões culturais não banalizadas pela mídia. Ficam, desse modo, excluídas desde cedo de um dos direitos da cidadania que é a educação.

Mas a vida na cidade grande é mais complicada para as crianças do que nas áreas rurais. A convivência de segmentos sociais ricos e pobres em um mesmo espaço físico e simbólico, gera distorções nas percepções que os sujeitos constroem uns dos outros. A experiência da cidade e da violência é uma experiência partilhada por todos, embora vivida sob condições de extremada diferença. Os contrastes aparecem no tecido urbano de modo muito explícito. Não há só o crescimento e a dispersão dos bairros populares da periferia, mas áreas do centro da cidade que se transformam em guetos urbanos onde vivem os mais pobres.

Nas metrópoles, como São Paulo, tudo parece escapar do controle, assim como ela escapa dos limites espaciais. Perde-se a visibilidade do todo, perde-se a inteligibilidade do conjunto. Na verdade, a metrópole não é apenas um enorme e disforme aglomerado físico, mas é imensa também na quantidade e variedade de sua experiência simbólica. Os habitantes da cidade não conseguem vê-la, ela não se deixa ler. Para conhecê-la precisamos ampliar nossos sentidos e nosso entendimento. Temos necessidade de mediadores, instrumentos que tornem a nossa visão e nossa compreensão mais abrangentes. Não são microscópios e não são telescópios. São a televisão, o rádio e o jornal.<sup>5</sup>

1. "O Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidando o espírito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, assinada pelos chefes de Estado presentes à Cúpula Mundial pela Criança, configura as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, considerada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, rechaçando as formulações de 'incapacidade social' que na prática lhes nega direitos fundamentais, ou o conceito de 'situação irregular' que fomenta a exclusão e a separação da categoria dos 'menores'." Direitos da Criança e do Adolescente, Governo do Estado de São Paulo, 1996. Em seu artigo 60 o ECA proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

2. 78,36% da população brasileira reside em áreas urbanas, contra 21,64% residente em áreas rurais. IBGE, 1996

3. Segundo valores de 1997, divulgados pelo IBGE, enquanto os ganhos mensais dos 10% mais pobres era de 58,00 reais, os ganhos dos 1% mais ricos da população era, em média, de 7.086,00 reais.

4. "Existe uma associação inequívoca entre o nível de renda de um país, a distribuição de recursos e o grau de seu respeito pelos direitos humanos. Numa sociedade extremamente desigual, como o Brasil, a desigualdade sob todas as suas formas - de renda, do acesso aos recursos de qualquer ordem (econômica, cultural ou política) e perante o tratamento da lei - gera violações generalizadas de direitos humanos" Pinheiro, Paulo Sérgio "Polícia e Consolidação Democrática", in - Pinheiro, P.S. (org.) São Paulo Sem Medo: Um diagnóstico da violência urbana, RJ, Garamond, 1998, p.180

5. Também o mundo é acessível a todos nesta era global e de contactos à distância pela Internet. Mas nem sempre os acontecimentos de maior relevância, dentro da perspectiva dos direitos humanos, têm espaço nesses meios de comunicação. É preciso, além disso, dispor de um computador e de treinamento suficiente para utilizá-lo. Somente em teoria, pois, todos têm acesso às informações.

Esses veículos denominam-se órgãos de comunicação de massa, por que a escolha e o modo de apresentar a informação que passam ao público devem nortear-se pelo fato primário de estarem se dirigindo a um espectador, um ouvinte ou leitor ordinário, comum. Seu receptor é o homem médio. Para sermos mais radicais, seu receptor não é alguém, é ninguém. É o homem da massa, incógnito, sem face. Esse é o aspecto que mais interessa à Psicologia Social, pois coloca o problema da qualidade do discurso: como dirigir-se a alguém que não possui um perfil psicossocial definido?<sup>6</sup>

A massa e a multidão se assemelham. No século XIX a multidão era a imagem poética da cidade para Poe ou Baudelaire. Estar dentro dela permitia uma poderosa sensação de liberdade. O espaço urbano prestava-se à fruição e ao deleite. Mas a multidão da metrópole contemporânea é um signo ambivalente. Ela facilita a mais perfeita liberdade mas acoberta o perigo potencial de transformar-se em massa informe e virtualmente anômica.<sup>7</sup>

A multidão é a imagem palpável da massa. Ao permitir que os indivíduos desapareçam em seu interior, ela oferece esconderijo às atividades criminosas. O anonimato, identificado por muitos como uma forma de liberdade individual, tanto o é para o bem como para o mal. Nas formas cambiantes da multidão, os contactos são breves e superficiais, cada pessoa é sua máscara momentânea.

A imagem da multidão associa-se à imagem da quantidade. Não só a cidade excede os limites do horizonte espacial, derramando-

6. Já em 1848, criticando a imprensa e a formação da chamada *opinião pública* Kierkegaard adianta a idéia dessa dimensão do público; "Um público é tudo e nada, o mais perigoso de todos os poderes, e o mais insignificante: pode-se falar para uma nação inteira em nome do público e ainda assim o público será menos do que um único e qualquer homem sem importância." Kierkegaard, S. - *The Present Age*, in - Kierkegaard, selected and introduced por W.H. Auden, London, Cassel and Company, 1955, p.34. O que vem a ser a "opinião pública" não é, até hoje, questão simples. Veja-se a discussão de Habermas a respeito, tendo em vista o que ele denomina "a derrocada efetiva da esfera pública." Habermas, J. "Comunicação, opinião pública e poder" in Cohn, G. (Org.) *Comunicação e Indústria Cultural*, S.P., Cia Editora Nacional, 1971, p.188

7. Freud, em 1921, já se preocupa com os fenômenos de massa e seus aspectos psicossociais, desenvolvendo os temas que nos interessam aqui: "...O indivíduo integrado em uma massa experimenta, sob a influência da mesma, uma modificação, às vezes muito profunda, de sua atividade anímica. Sua afetividade intensifica-se extraordinariamente e, em troca, limita-se notavelmente sua capacidade intelectual. Ambos os processos tendem a igualar os indivíduos com os demais da multidão, objetivo que só pode ser obtido pela supressão das inibições particulares de cada um e a renúncia às modalidades individuais e pessoais das tendências." Freud, S. *Psicologia de las Masas y Analisis de Yo*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973, p.2575

se para todos os lados, como há coisas em demasia e demasiado de cada coisa. Há muito de tudo. A imagem da quantidade evoca a da abundância, o pano de fundo do modo de vida urbano, concentrador de riquezas, de dinheiro. A cidade reúne renda e trabalho, miséria e opulência. Imprime visibilidade às condições extremas: a riqueza e a pobreza convivendo face a face não se podem mutuamente ignorar. Se a riqueza é aparatosa e gosta de exibir seu luxo, a pobreza não pode esconder-se, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às ruas bem comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às marquises dos edifícios grandiosos. Terrenos vagos à beira dos rios e das estradas são locais escolhidos para habitação e vão se transformando em imensas favelas, tão visíveis quanto os prédios rutilantes da riqueza e do capital.

Se a visibilidade e a exposição são signos da cidade, seu habitante não se pode furtar ao sentimento das contradições. O prazer estético do teatro e da música está um pouco misturado ao desprazer da mendicância que circunda os locais de espetáculo. A guarda do carro precisa ser negociada com sujeitos, aos nossos olhos, de aparência estranha. Transitam pelos mesmos caminhos os ônibus lotados e os carros luxuosos com seu único ocupante. Não é preciso possuir renda para freqüentar todos os lugares da cidade, mas o modo de freqüentação é especializado segundo a renda e o status.

Insisto no aspecto visível da desigualdade porque essa face da vida paulistana é parte do modo de perceber do homem urbano. A consciência das diferenças, embutida no cotidiano de nossa experiência da cidade, marca profundamente a subjetividade. Dependendo do lugar social de onde é visto, o teatro e a condução permitem, pelo menos, duas leituras diferentes: a dos filhos da luz e a dos filhos da sombra. O que poderá aproximá-las? Há uma troca constante de olhares, mas a reciprocidade deles está carregada de significados diferentes.

A especialização dos espaços na cidade impõe uma ordenação à vida social que atinge, também, os habitantes, formando uma população humana altamente diferenciada. A fragmentação geográfica, e também a das ocupações e das funções, acaba por corresponder a uma fragmentação das experiências e à formação de identidades psicossociais complexas. No caso das classes subalternas, a aquisição da identidade é problematizada pelo forte sentido de discriminação,

vivido diariamente sob o a forma da humilhação que situa seus integrantes, em relação ao poder, como cidadãos de segunda categoria.

Numa cidade do tamanho de São Paulo, a divisão de funções e a especialização dos espaços foi levada a extremos. Mesmo assim, não é mais possível manter os sujeitos em lugares demarcados: a cidade está "contaminada" pela pobreza que nem se oculta e nem pode ser ocultada. As ruas se enchem de pedintes, famílias dormem ao relento ou acampadas sob o teto encontrado de uma caixa de papelão. Se o rosto da pobreza não é bonito onde quer que se encontre, com certeza, na cidade, ele é mais feio e mais carregado de símbolos depreciativos. Se recusamos, tantas vezes, olhar para a sua face, nem por isso ela é invisível. Cruza diariamente nosso caminho e é parte da imagem e da consciência que temos da cidade.

Se o modo de vida urbano é dominado pela idéia de quantidade e de abundância, a pobreza na cidade é uma contradição. Seus habitantes estão expostos aos mais variados e intensos estímulos, que invadem todos os sentidos. A contínua chamada dos objetos, oferecidos de mil maneiras ao desejo, não chega só aos que podem compra-los. Chega igualmente aos pobres, quiçá com mais forte poder de atração. Os objetos de desejo, sejam bens materiais, poder ou prestígio, não estão ao alcance de todos, embora sejam universalmente exibidos.

Os contrastes inspiram apreensão porque trazem sensações não muito claras de desregramento possível. Grande parte da tranquilidade que cerca nossa vida diária está radicada na fé implícita na racionalidade da ordem. Essa fé é a guardiã da estabilidade de nossos comportamentos quotidianos rotineiros. A violência rompe a segurança, facilita a irrupção de fantasias relacionadas ao irracional, e põe de manifesto o potencial de desordem da vida urbana. As massas, quando em movimento, não aparentam ter racionalidade em seus objetivos. A impotência diante de acontecimentos que ultrapassam nossa compreensão e o desconhecimento sobre a cidade e seus habitantes engendra percepções que podem estar na origem das imagens carregadas de preconceitos, fixadas pelas mensagens permanentes e estereotipadas da associação da pobreza com a violência, divulgadas pela imprensa, rádio e televisão. Como a dimensão da cidade não propicia aproximações demoradas, que permitam o nascimento de identificações, o nosso Outro na cidade é sempre um desconhecido.

Na perspectiva da Psicologia Social, ou reconhecemos no Outro um semelhante, e nesse caso conferimos a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós, ou não reconhecemos no Outro um semelhante. Para as classes dominantes é difícil reconhecer um igual nas personagens da pobreza. Reconhece-se o diferente como desigual. Da desigualdade à inferioridade não há muita distância. Da desigualdade, reconhecida como inferioridade e do desconhecimento ao temor, do ponto de vista psicológico, não há, também, grande distância. O medo à desordem e à perda da vida e das propriedades, um grande descrédito na polícia e na justiça podem transformar a insegurança e o temor difusos em acusações contra segmentos sociais ou grupos específicos de sujeitos de quem se desconfia, que não são reconhecidos como iguais, ou seja, não são portadores da mesma humanidade que reconheço em mim e nos meus iguais. São, por definição, portadores de características desabonadoras, de traços de caráter indesejáveis, de um potencial de violência que os torna pouco humanos.<sup>8</sup>

Tensão, oposição e conflito são elementos presentes sempre na vida social e que podem exacerbar-se a qualquer momento. Esses elementos, difusos em situações em que a vida social se pauta pela tradição e pelo costume, passam, numa cidade como São Paulo, por transformações em sua natureza. As pessoas, obrigadas a um convívio diuturno com o desconhecido, e com um desconhecido ameaçador, sucumbem às tensões, exageram os conflitos, defendem-se com mais violência. A violência urbana não deixa ninguém fora de seu círculo de horrores.

Os jovens são vítimas predestinadas, porque estão na idade de maior inquietação e demanda por experiências novas e diferentes.

8. O que há muito era experimentado por uma parcela expressiva dos excluídos da elitista ordem social brasileira, passa no momento a ser vivido pelos beneficiários dessa ordem, em especial pelas classes médias. Acossados pela extorsão do fisco, pelo medo do assalto na esquina, pelo rebaixamento dos salários, do poder de compra e do nível de vida, pelo fantasma do desemprego e do subemprego, pelo receio da perda de controle na educação das crianças, motivado, entre outras coisas, pela difusão do consumo de drogas etc... os indivíduos deste grupo vivem um pesadelo, sem esperanças de acordar. Este é o terreno fértil à reiteração automática das defesas narcísicas, defesas que não cedem facilmente à pressão de convicções racionais. O temor de sucumbir, instigado até esse limite, produz uma aderência ao mecanismo conservador de autopreservação, bem mais sensível a soluções mágicas que a soluções reais. As propostas de pena de morte para delinquentes de pés descalços, e o desejo nostálgico de retorno ao autoritarismo, são alguns sintomas dessa aspiração mágica a uma ordem eficiente, rápida e onipotente, que ponha um termo ao caos generalizado." Freire Costa, Jurandir - Psicanálise e Moral, SP, Educ, 1989, p.38-39

pobre é o outro → ≠ leva à desigualdade, estigma, preconceito

Quando não encontram na escola, na família ou nos bairros respostas às suas insatisfações, vão procurá-las nas ruas, espaço desestruturado e aventureiro, com possibilidade de ganho ou diversão, porém cheio de perigos.

Em São Paulo, no ano de 1995, 2137 jovens, de ambos os sexos e com idades entre 10 e 24 anos, foram assassinados.<sup>9</sup> É um caso de matança, ou de extermínio. Servido em pequenas doses diárias, nos meios de comunicação de massas, não causam mais nenhum impacto sobre a opinião pública, pois acontecem, predominantemente, na periferia e nos bairros populares de São Paulo. O que a imprensa não revela é quem são essas vítimas (Castro, 1990:95).

Um estudo realizado em 1991 constatou que “a maior parte desses jovens pertencia às camadas mais pauperizadas da população; a maioria das vítimas não se encontrava em situação de abandono, nem estava ligada a práticas ilegais; os jovens vitimados por homicídios não faziam parte do contingente dos chamados ‘meninos de rua’, ou seja, possuíam domicílio fixo e emprego regular (Castro, 1990-95:185). A esse quadro de matança vem se contrapor o do descaso das autoridades constituídas: a maior parte dos autores dos homicídios de jovens permanece impune, quer devido aos problemas que envolvem a investigação, quer devido à morosidade do procedimento da justiça.

O desconhecimento da autoria desses homicídios contribui, em larga medida, para a existência de uma certa forma de impunidade. Os inquéritos são precários, os laudos sobre a morte muitas vezes inexistentes. As investigações envolvem, freqüentemente, a noção comum de que são vítimas “suspeitas”, tratadas mais como réus do que como vítimas. “Como é voz corrente do senso comum: um menor infrator a menos, por que se preocupar? A correlação de responsabilização penal/impunidade é baixíssima. A probabilidade

de haver responsabilização penal em homicídio de criança e adolescente é de 1.72%. É este o retrato da Administração da Justiça Criminal, o que não enobrece as instituições de Segurança e Justiça, não enobrece o Estado, não enobrece a sociedade. É esse o valor que tem a vida das crianças e adolescentes. É esse o valor que tem a vida das vítimas de homicídio, crianças e adolescentes pobres (Castro, 1990-95:255). Ao lhes ser negado o direito de ter sua morte apurada, estão mais uma vez, sendo excluídos da cidadania.

Essa é uma batalha contra os pobres (Gans, 1995)<sup>10</sup>, não contra a violência. Pelo contrário, ela faz a apologia da violência. Nessa batalha os meios de comunicação não são neutros. A Psicologia sabe que é quase impossível a neutralidade quando sujeitos psicológicos plenamente ativos estão envolvidos na definição de acontecimentos e coisas. Também as palavras são maleáveis, sempre abertas à interpretação. Nem mesmo os leitores são neutros.

Dominam a realidade a partir da sua socialização, possuindo uma visão bastante estruturada do mundo e das coisas. Emissores e receptores de imagens e de idéias não trocam apenas informações. Uns agem sobre os outros. Para os receptores, a mídia é responsável pela ampliação do mundo social e do que nele ocorre. Se a vida na cidade não é apreensível com facilidade, os meios de comunicação de massa são os nossos olhos e ouvidos, permitindo o contacto com o mundo dos acontecimentos.

Há vários problemas nessa mediação, mas dois em especial são temíveis. O primeiro é que a mídia tem dono, é paga. Um jornal possui não só leitores como anunciantes. A publicidade move o mundo da mídia e a torna poderosa. O conteúdo informativo tem que respeitar o perfil do seu público, ou forjar um perfil para ele. O mesmo acontece com o rádio e com a televisão. Portanto temos aí já uma dúvida razoável quanto à neutralidade desses meios de informação. O segundo problema é a presunção da existência do homem médio para

9. Com relação aos homicídios, a situação chama mais a atenção no grupo de 15 a 19 anos: os meninos passaram de um coeficiente igual a 9,6 para 186,7 por 100 mil habitantes, representando um aumento de mais de 1.800%, no período de 35 anos. A mesma situação repete-se no grupo etário de 20 a 24 anos, quando as taxas passam de 12,9% para 262,2% por 100 mil habitantes (aumento de quase 2.000%). No sexo feminino, os aumentos foram também elevados, embora em valores bem menores. Ainda quanto aos homicídios, os dados mostram que, em sua maioria, são perpetrados por arma de fogo: em 1975, esse valor era de, aproximadamente, 50% e, em 1991, ultrapassava os 80%.” Mello Jorge, M. H.P. de - “Adolescentes e Jovens como Vítimas” in Pinheiro, P.S. (org.) - São Paulo sem Medo, RJ, Garamond, 1998. p.109 -110

10. Todo o argumento do autor caminha no sentido de demonstrar que nos últimos dez anos os Estados Unidos declararam uma guerra contra os pobres (e não contra a pobreza) sobretudo de caráter verbal, criando e fixando rótulos estigmatizantes e desqualificadores. “Rótulos negativos raramente estereotipam apenas os comportamentos: quase sempre transformam-nos e amplificam-nos como falhas de caráter. Como consequência, aqueles que recebem benefícios sociais tornam-se personalidades defeituosas ou tipos morais deficientes. É irrelevante que sejam também membros de famílias, fiéis de diversas congregações religiosas ou vizinhos. Na verdade, um dos propósitos dos rótulos é despojar de outras qualidades as pessoas rotuladas.” p.12

cada meio de informação. Para esse modelo abstrato de recepção das mensagens, estas são selecionadas, aparadas, arredondadas, modificadas.

O Brasil é um país violento, dado o alto nível de autoritarismo difuso em suas instituições e disperso na vida cotidiana<sup>11</sup> (Alves, 1998). As hierarquias sociais são rigidamente mantidas. As leis não valem para todos. Os aparelhos de manutenção da ordem e aqueles encarregados de promover a lei, como a polícia, o exército e os tribunais, abrem claras exceções nos seus procedimentos, na lei e na justiça, em lugar de serem seus depositários (Pinheiro, 1998).<sup>12</sup> Se a violência hoje tem características diferentes, e o crime organizado cada dia mais faz sentir sua presença, assim como cresceu demais o consumo de drogas, também se acirraram as diferenças de renda e de nível de vida. Sobretudo na cidade são mais visíveis as contradições de um regime que exclui grandes massas de jovens, negando-lhes o direito à infância, à escola, ao emprego e ao salário.

No que diz respeito à violência, em especial a violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas. Na verdade, os meios de comunicação contribuem para aprofundar e ampliar os estigmas, quando, até mesmo a pretexto de dar divulgação a pesquisas acadêmicas, quase sempre o fazem quando elas reforçam a estereotipia. Não se dá a mesma atenção às inúmeras pesquisas que mostram as duras condições de vida das classes subalternas, sua adesão patética ao trabalho e à honestidade. Tivemos amarga experiên-

11. Na sua expressão física e pontual, visível, a violência representa a ponta do 'iceberg', denunciando a presença de uma enorme massa de violência estrutural, oculta nas profundezas das relações sociais. Nesse sentido, a ordem pode ser, como quase sempre é, evocada como base e fundamento para o exercício da violência pela autoridade legitimada, conforme o sistema jurídico vigente, parecendo haver distância entre o ato violento e os fins legítimos a que se destina aquela violência.

12. Estamos confrontados com um paradoxo que enfraquece os esforços contra o crime: as garantias fundamentais existem, mas a cidadania praticamente não para a maioria da população. Com efeito, a lei e as instituições da lei e da ordem somente existem através da face da repressão. A sensação de segurança do cidadão deriva de um sentimento de cidadania, e desde que a população não tem acesso nem a uma nem a outra, as medidas extremas e ilegais, como a tortura, as execuções sumárias, o vigilantismo, têm apoio em todos os grupos sociais. Pinheiro, P. S. "Polícia e Consolidação Democrática" -idem, p.178

cia do poder da palavra na geração de preconceitos e estigmas durante o regime militar. Era uma guerra aberta contra os chamados subversivos. Hoje a guerra é outra.

Trata-se de caracterizar toda uma população como perigosa, indigna de confiança. Mas a arma usada é ainda a palavra, acrescida, agora, da imagem. Pois os programas televisivos são mais poderosos. As imagens da polícia perseguindo os "bandidos", como a matéria diária usada para alimentar o público, conseguem superar a violência com que se trata a violência. São clara e abertamente preconceituosos, grosseiros e, é claro, violentos.

De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Através das imagens e das palavras, eles são fotografados e rotulados. Não se vêem mais pessoas. Elas tornaram-se rótulos: vêm-se carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados. Dar ao público um esclarecimento sobre o ato violento deveria ser o papel da mídia. Bem como não prejudicar seus atores, classificando-os e rotulando-os, ou apresentá-los de maneira ridícula, atentando contra a sua dignidade. Incitar à vingança, identificar segmentos da população como portadores de maldade pelo simples fato de serem pobres, gira ainda uma vez a roda da violência e não beneficia ninguém. A violência não nasce e prospera porque há homens violentos. Não é necessário um cientista, como Pasteur, para provar que a violência não tem geração espontânea. Seria papel da mídia esclarecer as raízes sociais, culturais, políticas e econômicas que permeiam a violência nas relações sociais. Quando os jovens vitimados pertencem às camadas ricas, a mídia clama pela punição dos culpados. Este duplo registro da violência traz a marca indisfarçável da discriminação, porque parece que a sociedade deve reconhecer que há mortos dignos e outros indignos. Quando a guerra de extermínio dos jovens acontece na periferia, não há nomes e nem pressões sobre os órgãos de repressão. Há um silêncio social tácito sobre essa violência. Há violências que não contam, como se fossem ritos necessários à depuração da sociedade.

Estes apontamentos não visam diminuir o peso da violência na vida urbana (Davis, 1990).<sup>13</sup> Em São Paulo ela vem crescendo, associada à facilidade na obtenção de armas de fogo e ao tráfico e consumo de drogas. Mas o homem médio depende sempre, para avaliar esses problemas, do modo como são tratados pela mídia, do espaço que ela lhes dedica, do tom em que se veiculam as notícias e da seleção que destas é feita. Se há um perigo para a democracia na exacerbação da violência urbana, há, também, um sério perigo embutido no poder inconfesso de meios de comunicação, voltados deliberadamente, para a manipulação e controle das massas. Mas, com certeza, também a justiça e os órgãos de investigação não podem continuar se omitindo vergonhosamente da apuração do assassinato dos jovens nas periferias. As vítimas podem tornar-se, por força da contínua exclusão, algozes de uma sociedade que não as recebe, que não as contém, que não as respeita.

#### Referências Bibliográficas:

- Alves, Alaôr Café - "A Violência Oculta na Violência Visível" in - Pinheiro, Paulo Sergio et all - São Paulo sem Medo: Um diagnóstico da Violência Urbana, RJ, 1998, p.252
- Castro, Myriam Mesquita Pugliese de Castro - Vidas sem Valor- Um estudo sobre os homicídios de crianças e adolescentes e a atuação das instituições de Segurança e Justiça (São Paulo, 1990-1995), S.P. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, mimeo, 1996
- Davies, Natalie - Culturas do Povo, RJ, Paz e Terra, 1990, p.156
- Gans, Herbert - The War Against the Poor: the Underclass and the Antipoverty Policy, NY, Basic Books, 1995.
- IBGE, 1991. Dados retirados do Relatório "Trabalho Infantil no Brasil: Um estudo das estratégias e políticas para sua eliminação" coordenado por Benedito Rodrigues dos Santos, São Paulo, 1995
- Pinheiro, Paulo Sergio et all - São Paulo sem Medo: Um diagnóstico da Violência Urbana, RJ, 1998, p.252

13. Mas os ritos de violência não são, em nenhum sentido absoluto, um direito à violência. Eles apenas nos lembram que, se tentarmos ampliar a segurança e a confiança no interior de uma comunidade, se tentarmos garantir que a violência ali gerada tomará formas menos destrutivas e cruéis, então devemos pensar menos a respeito de como pacificar os 'desviantes' e mais em como mudar os valores centrais (da sociedade).

## PRESSUPOSTOS PSICOSSOCIAIS DA EXCLUSÃO: COMPEPTITIVIDADE E CULPABILIZAÇÃO

*Pedrinho A. Guareschi*

### INTRODUÇÃO:

Entre as diversas maneiras de se enfocar a realidade da exclusão hoje, privilegiamos os aspectos psicossociais, principalmente aspectos dialéticos e críticos. Iniciamos com as razões e motivos pelos quais essa relação de exclusão passa a ter importância específica nos dias de hoje, muito mais, certamente, que em épocas históricas anteriores. Na segunda parte, assumindo uma perspectiva crítica, privilegiaremos espaços que, em geral, permanecem na sombra, ou silenciados, ao se discutir tal problemática. Gostaríamos de poder iluminar essas facetas obscurecidas, propositadamente ou não, e dar voz e vez a muitos atores que não conseguem fazer ouvir seu clamor, manifestar seu pensamento, expressar sua opinião. São investigados aqui alguns aspectos mais específicos e práticos de materialização dessa relação, mostrando as conseqüências sociais e éticas que isso pode acarretar, obscurecendo facetas que constroem e legitimam situações questionáveis de nossa vida social.

### PRIMEIRA PARTE: o surgimento da exclusão

Para se compreender com mais clareza e profundidade a importância da exclusão nos dias de hoje, é necessário ampliar nossa visão de mundo e identificar certos determinantes históricos que se fazem hoje presentes. Por detrás do conceito de exclusão, surge e toma forma um novo mundo que desponta provocativo e até certo ponto aterrador. Vamos por partes.

Deixamos claro que nossa abordagem se fundamenta numa perspectiva histórico-crítica. Isso significa que entendemos as sociedades e os grupos humanos a partir do conceito de "relação". Relação, como a definimos, é a ordenação intrínseca de um ser em